

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: RECORRÊNCIAS HISTÓRICAS *E HABITUS* DE CLASSE¹

Regina Bruno²

Resumo

Reflete sobre o processo de construção da hegemonia do patronato rural e do agronegócio no Brasil nas últimas décadas. Indica que a busca de uma coesão mais ampla se respalda em vários aspectos: a elaboração de reivindicações unificadoras; o fortalecimento dos espaços de representação de interesses; a escolha de aliados confiáveis; a construção de uma imagem de si portadora de capacidades e potencialidades necessárias ao desempenho da hegemonia; o empenho na elaboração de uma retórica de legitimidade e de poder na qual todos se identifiquem; e a ofensiva contra os adversários políticos e de classe – ações e discursos que visam sobretudo à violência física e simbólica e à desqualificação de pessoas, de grupos e de movimentos sociais que questionam as posturas do patronato rural e de seus aliados e estabelecem limites à construção da hegemonia patronal rural e do agronegócio.

Palavras-chave: agronegócio; patronato rural; hegemonia.

EL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE LA HEGEMONÍA AGROINDUSTRIAL EN BRASIL: RECURRENCIAS HISTÓRICAS Y HABITUS DE CLASSE

Resumen

Reflexiona sobre el proceso de construcción de la hegemonia Del mecenazgo rural y la agroindustria en Brasil en las últimas décadas. Indica que la búsqueda de una mayor cohesión se sustenta em varios aspectos: la elaboración de demandas unificadoras; el fortalecimiento de los espacios de representación de intereses; elegir aliados de confianza; la construcción de una imagen que lleve las capacidades y potencialidades necesarias para el desempeño de la hegemonía; el compromiso con la elaboración de una retórica de legitimidad y poder en la que todos puedan identificarse y la ofensiva contra los adversarios políticos y de clase. Es decir, acciones y discursos que apuntan sobre todo a la violencia física y simbólica y a la descalificación de personas, grupos y movimientos sociales que cuestionan las posturas Del mecenazgo rural y sus aliados y establecen límites a la construcción Del mecenazgo rural y la hegemonía agroindustrial.

Palabras llave: agroindustria; mecenazgo rural; hegemonía.

¹ Artigo recebido em 13/12/2021. Primeira avaliação em 12/01/2022. Segunda avaliação em 08/02/2022. Aprovado em 21/02/2022. Publicado em 28/03/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52566>.

² Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Mestre em Sociologia pela UnB. Diplôme de d' Étude. Approfondies pela Université de Paris III IHEAL-Paris III. Professora associada do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/DDAS/UFRRJ). E-mail: regina_bruno@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1929904545619303>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6675-8082>.

THE CONSTRUCTION PROCESS OF AGRIBUSINESS HEGEMONY IN BRAZIL: HISTÓRICAL RECURRENCES AND CLASS HABITUS

Abstract

It reflects on the process of construction of the hegemony of rural patronage and agribusiness in Brazil in recent decades. It shows that the search for greater cohesion is supported by several aspects: the elaboration of unifying demands; the strengthening of interest representation spaces; choosing trusted allies; the construction of an image that carries the capabilities and potentials necessary for the performance of hegemony; the commitment to the elaboration of a rhetoric of legitimacy and power in which everyone identifies and the offensive against political and class adversaries. That is, actions and discourses that aim above all at physical and symbolic violence and the disqualification of people, groups and social movements that question the postures of rural patronage and its allies and establish limits to the construction of rural patronage and agribusiness hegemony.

Keywords: agribusiness; rural patronage; hegemony.

Introdução

Na dinâmica da construção da hegemonia as classes patronais rurais e agroindustriais, hoje identificadas como “o agronegócio”, investem prioritariamente em dois principais campos de atuação política: a união e identidade de interesses entre seus pares e aliados; e a ofensiva contra todos(as) aqueles(as) que eles consideram seus adversários(as) políticos(as) e de classe.

O artigo tem como objetivo refletir sobre esse processo. Procuramos mostrar que a hegemonia se apoia em uma diversidade de ações e de propósitos, dentre eles a defesa de pleitos e reivindicações unificadoras do conjunto do patronato rural e do agronegócio; a ampliação e fortalecimento dos espaços de representação de interesses; a eleição de aliados confiáveis; a construção de uma imagem de si e da classe como portadoras de capacidades, qualidades e potencialidades necessárias ao desempenho da hegemonia realimentadas do sentimento de superioridade. É na elaboração de uma retórica de legitimidade e de poder na qual todos(as) se identifiquem, guiada por uma identidade ruralista, cujos fundamentos consistem na visão da propriedade fundiária como direito absoluto situado acima das regras sociais e na violência como prática de classe. São *habitus* que moldam a concepção de mundo das elites patronais rurais e do agronegócio, orientam discursos e práticas e procuram definir o perfil do processo de construção da hegemonia.

Habitus é aqui entendido como sistema de predisposições socialmente constituídas que orienta o pensar e o agir. Segundo Bourdieu, o *habitus* funciona como saber social incorporado. São “estruturas estruturadas e estruturantes. (...) E constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias

características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1987, p. 191). O *habitus* é sempre produto de uma aquisição pretérita, que pode ser feita, seja através da família, seja através do convívio em determinados grupos sociais, mas, sobretudo no sistema de ensino.

O *habitus* é também concebido, por Bourdieu, como “objetividade interiorizada”, ou seja, algo adquirido de fora para dentro e, ao mesmo tempo, “interioridade exteriorizada”, como predisposição para agir em função daquele *habitus*. São basicamente as situações em que o sujeito ou os grupos sociais trazem o subjetivo para fora. Já que o *habitus* possui essa dupla dimensão e como todo agente social é portador de um *habitus*, então, o consenso, para Bourdieu, seria a confluência, não necessariamente de *habitus*, mas desse duplo movimento. Nesse sentido, o consenso em Bourdieu difere do conceito de hegemonia em Gramsci para quem o consenso passaria por uma questão modal: a produção da hegemonia. No entanto, os dois têm em comum a ideia de que o consenso é sempre construído.³

Bourdieu, ao operar a noção de *habitus*, também diferencia a história incorporada da história reificada. Esta última significaria, como o próprio nome aponta, a história materializada em emblemas e signos. Já a história incorporada seria a que todo sujeito social traz dentro de si, adquirida por vivências e representações pretéritas (MENDONÇA,1993).⁴

Antes de Bourdieu, Norbert Elias já havia recorrido à noção de *habitus*, entendido como saber social incorporado ou estrutura da personalidade social dos indivíduos. O conceito de *habitus* em Elias foi pensado sobretudo com o objetivo de contornar a dicotomia indivíduo e sociedade. E o *habitus* permitia fazer a ligação entre as duas dimensões. Elias vê na individualidade “a expressão da maneira particular, bem como o grau, em que a forma de comando psíquico de um indivíduo se distingue

³ Para Bourdieu o consenso é sempre construído a partir das relações entre os agentes de um mesmo campo em função do poder simbólico, do poder de conhecer e de construir o mundo. E a condição de existência do poder simbólico está exatamente no fato de ser ignorado, o que significa ser reconhecido: o efeito de des-conhecimento do poder simbólico é, ao mesmo tempo, a condição de seu reconhecimento, diz Bourdieu (Bourdieu,1998).

⁴ Comentando sobre o assunto durante uma aula aberta no CPDA-UFRRJ Sonia Mendonça afirma que em certo sentido Bourdieu opera com os mesmos pressupostos de Marx do 18 Brumário quando afirma que ‘os mortos comandam os vivos’. Entretanto, no caso de Bourdieu, os que comandam os vivos no sentido da história incorporada são, simultaneamente, agentes de fantasmas e ao mesmo tempo atores presentes. Ou seja, os indivíduos e grupos sociais atuam esses fantasmas pelo *habitus* e, nesse processo, os transformariam no seu próprio devir.

dos outros (...). De sorte que a sociedade não é somente o fator de caracterização e de uniformização, é também o fator de individualização” (ELIAS,1994, p. 51).

Cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros da sociedade. Possuem um *habitus*. Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade (...). Alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual inconfundível que brota da escrita social (ELIAS,1994, p. 151-171).

Elias enfatiza que o *habitus*, apesar de se remeter ao passado, não é estático, implica continuidades e rupturas: “O *habitus* muda com o tempo, precisamente porque as fortunas e experiências de uma nação (ou de seus agrupamentos constituintes) continuam mudando e acumulando-se” (ELIAS, 1997, p. 9).

Norbert Elias é essencialmente o pensador da interdependência dinâmica entre os processos sociais – o fio condutor do conceito de “configuração social”. Tal postura lhe possibilita incorporar à reflexão uma conjunção de fatores sociais e políticos, conjunturais e estruturais como, por exemplo, o peso da dinâmica de constituição das classes sociais e dos Estados nacionais no processo de formação do *habitus*. Ao mesmo tempo, lhe permite operar com várias dimensões e manifestações advindas do *habitus*, tais como as noções de “*habitus* partilhado”, “*habitus* nacional” e “*habitus* tradicional”; o “efeito trava” de determinados *habitus* em momentos de mudanças sociais não programadas e a imensa dificuldade em se erradicar ou denunciar a desigualdade social, quando naturalizada pelo *habitus*. Para Elias, quanto mais a desigualdade se torna natural pelo *habitus*, mas ela parece “normal”, e logo difícil de erradicar e até de denunciar

Por sua vez, a ofensiva patronal rural e do agronegócio contra os adversários políticos e de classe, consiste em lançar mão dos mais variados meios e modos, ações e discursos que visam principalmente à desqualificação de pessoas, de movimentos sociais e seus aliados que lutam por direitos, reivindicam a democratização da terra, defendem o território como lugar de pertencimento e de identidade, são a favor da preservação do meio ambiente e são contra a violência.

Eis o cerne da questão: a construção da hegemonia é indissociável das relações entre adversários políticos e de classe (GRAMSCI, 1984). Dessa perspectiva, no Brasil, como veremos, mesmo diante de uma desigualdade extremada e excludente, a presença ativa de atores e de movimentos sociais populares que unidos questionam o projeto do agronegócio e reivindicam direitos muito contribuiu para estabelecer limites à hegemonia patronal rural e do agronegócio – essencial ao florescimento de uma contra-hegemonia.

Como diria Norbert Elias (2001), para quem o poder é uma característica estrutural das relações humanas, ninguém possui um poder absoluto e ninguém é destituído completamente de poder. “O próprio rei é prisioneiro da etiqueta e das chances de prestígio”.

Pelo monopólio e a concentração fundiária: bandeira unificadora das classes e dos grupos patronais no Brasil.

As relações entre grupos sociais dominantes se, por um lado, são marcadas por tensões, antagonismos, rivalidades e disputas, por outro, historicamente prevalecem acordos, alianças, afinidades eletivas, relativizações de posições e reafirmação de lealdades como garantia da reprodução econômica, social e política e quando se veem face a face com seus adversários políticos e de classe. Um primeiro estratégia do agronegócio é a prioridade na definição de pleitos e de reivindicações a partir dos quais todos(as) se identifiquem e que contribuam para relativizar as divergências e diferenças existentes entre os setores e grupos.

A defesa do monopólio da terra e da concentração fundiária historicamente concebida como direito absoluto sem limites e sem fronteiras, fundamentada no “casamento” entre a renda fundiária e o lucro do capital (MARTINS, 1980, 1994), apresenta-se como principal bandeira na construção da união, identidade e hegemonia das classes e grupos dominantes do Brasil.⁵ Historicamente é quando as divergências e contradições entre classes e grupos dominantes são relativizadas e transformam-se em “um lamento menor”, como afirma um dos entrevistados patronais

⁵ A posição dos grandes proprietários de terra, empresários rurais e seus aliados contra a democratização da propriedade da terra foi um dos motivos do golpe empresarial militar de 1964. Naquela conjuntura, as lutas por terra e a reivindicação de uma reforma agrária “na lei ou na marra”, principal bandeira das Ligas Camponesas, ameaçavam o projeto das elites patronais rurais, além de unificar o conjunto das lutas pelas reformas de base do governo João Goulart. Sobre as Ligas Camponesas, ver: BASTOS, 1984; NOVAES, 1997; MEDEIROS, 1989; AZEVEDO, 1982.

ligado às associações por produto e multiproduto (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2008).⁶ A defesa da concentração da terra é o sustentáculo do pensamento conservador; respalda um *ethos* da propriedade fundiária; constitui-se em um dos critérios na definição dos adversários e aliados; alimenta uma concepção de mundo marcadamente ruralista, “justifica” o uso da violência física e simbólica e a criminalização dos movimentos sociais populares (LOPES, 2019) e molda uma concepção de mundo elitista. “*Si tienes caballo, eres caballero, se tienes espada, eres guerrero; pero, se tienes tierras, ah... eres rey*”, anunciam as elites patronais rurais⁷ de Ribeirão Preto (SP), cidade conhecida como Califórnia brasileira.⁸

Durante a Nova República, o temor diante das ocupações de terra pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da possibilidade de implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), multiplicam-se as organizações patronais rurais em defesa da propriedade da terra e contra a mobilização dos Sem Terra.⁹ Ao mesmo tempo foi se conformando, junto às elites patronais rurais e o agronegócio, o argumento de uma reforma agrária concebida como um retorno ao passado – uma política retrógrada e fora do lugar, a desapropriação enquanto sinônimo de miséria e o discurso da incapacidade dos trabalhadores rurais sem terra (BRUNO, 2002, p. 144)

Mais recentemente, a ofensiva patronal rural e do agronegócio concentra-se contra as bandeiras luta e reivindicações dos movimentos sociais de lutas por terra e por direitos e seus desdobramentos como a reforma agrária; pela regularização fundiária e direito ao território dos povos indígenas (FREITAS, 2018; RAUBER, 2021), o reconhecimento das comunidades quilombolas, territórios pesqueiros,¹⁰

⁶ Na Constituinte de 1988 não havia unidade entre os parlamentares ruralistas sobre a nacionalização do subsolo e a proteção da empresa nacional. Entretanto todos(as) votaram contra a reforma agrária juntamente com a maioria dos constituintes que votou com e como se grande proprietário de terra fosse. Sobre o assunto, ver DIAP, 1988.

⁷ Revista *Dirigente Rural*, n.7, v. XXIV, julho de 1985.

⁸ “'Califórnia brasileira' era o apelido de Ribeirão Preto, devido à combinação de uma economia baseada no agronegócio e alta tecnologia, riqueza e tempo ensolarado durante todo o ano. Hoje a cidade é conhecida como a 'Capital do Agronegócio' pela sua ótima produtividade nesse setor”. Disponível em: <https://www.fearp.usp.br/internacional/sobre/ribeirao-preto.html#:~:text=%22Calif%C3%B3rnia%20brasileira%22%20era%20o%20apelido,sua%20%C3%B3tima%20produtividade%20nesse%20setor>.

⁹ União Democrática Ruralista (UDR); Pacto de União e Resposta Rural (PUR); Comando Democrático Cristão (CDC); Pastoral da Propriedade; Milícia Rural da Região do Araguaia, bem como inúmeras Associações de Defesa da Propriedade, dentre outros (BRUNO, 2002, p. 141). Sobre o tema ver, também, RUA, 1989.

¹⁰ Sobre territórios pesqueiros, ver: “Educação popular e povos tradicionais”. Licenciatura em Educação do Campo. LEC-UFRRJ – Diálogos de LEC: 100 anos de Paulo Freire. Disponível em:

quebradeiras de coco, ribeirinhos, faxinais, comunidades de fundo de pasto, entre outros grupos sociais (BRUNO, 2021, p. 462). Um dos caminhos para enfrentar essa situação, é a ampliação das instancias de representação da classe. Por exemplo, a Associação dos Produtores Rurais de Mato Grosso (APR-MT) e o Movimento Nacional dos Produtores (MNP) foram criadas como resposta às ocupações de terra no momento da vitória de Luiz Inácio da Silva à Presidência da República (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2008). Segundo a Abag, “a luta do campesinato” e “a existência de um pensamento crítico essencialmente campesino e ideologizado sem a contrapartida de uma massa crítica que expressasse os interesses patronais”, pesou muito na criação da entidade (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2008, p. 81). Como desdobramentos da defesa absoluta da concentração fundiária acima das leis e das normas, o argumento é que a função social da terra gera insegurança e instabilidade a quem está produzindo.

Hoje, o empenho no fortalecimento da representação de interesses patronais rurais e do agronegócio é uma das alternativas diante das críticas ao monopólio fundiário e à concentração de terras que ressurgem nas reivindicações em defesa do território dos povos indígenas, quilombolas e populações pesqueiras, na luta pela preservação do meio ambiente e por direitos dos assentados, dos Sem Terra e das demais comunidades tradicionais, e refundam a problemática fundiária em nosso país. Mesmo quando as elites patronais rurais, o agronegócio e seus intelectuais orgânicos insistem em declarar a inexistência e/ou superação de uma questão agrária no Brasil, as reivindicações dos movimentos sociais e a ampliação do campo de conflitividade existentes expressam e reafirmam a atualidade da questão da terra no Brasil, dão visibilidade aos artifícios políticos do patronato e desvendam seus temores diante desse processo de luta por terra e direitos.

A eficácia da dominação simbólica é tão forte que nunca é demais lembrar que a atualidade da questão da terra se, de um lado, é a condição fundante da união de todos e a relativização das divisões, das disputas, das contradições e das diferenças existentes entre classes e grupos dominantes, de outro, constitui o calcanhar de Aquiles na construção da hegemonia do agronegócio hoje no Brasil, porque recria e potencializa uma contra-hegemonia. Outros pleitos também

contribuem para o fortalecimento da identidade de interesses do conjunto do patronato rural e do agronegócio. Por exemplo, a rolagem ou o perdão das dívidas referente a créditos oficialmente disponibilizados (SAUER, 2006; GRAZIANO, 2005), projetos de lei demandando a isenção do ITR, isenção de IPTU para os templos evangélicos, unindo parlamentares ruralistas e evangélicos, isenção do PIS/Pasepe da contribuição Confins, isenção de tributos de ração para bovinos, que conta com o apoio de vários segmentos integrantes das classes e grupos patronais dominantes. Ou, então, contra os direitos trabalhistas.¹¹ Entretanto, são interesses negociáveis. Mas, quando a pauta questiona a defesa do monopólio e da concentração fundiária, não há negociação possível.

Enfim, é fundamental não esquecermos que, no Brasil, o modelo do agronegócio reforça a estrutura de dominação das elites (e) mistura a modernidade técnica com o atraso das relações sociais (SAFATLE; PARDINI, 2004, p. 42).

Guilherme Delgado avalia:

A realidade do agronegócio brasileiro é, na verdade, uma grande contradição, porque realiza a associação do grande capital agroindustrial e financeiro com a grande propriedade fundiária, perseguindo um projeto de expansão agrícola e territorial (lucro + renda da terra) de caráter fortemente excludente: dos índios, da reforma agrária, do emprego da força de trabalho não qualificada, do meio ambiente protegido (...). Macroeconomia à parte, o velho tripé – pata de boi, esteira do trator, rifle do jagunço – que pavimentaram a modernização conservadora do período militar poderá ser relançado nu e cru se, à sociedade se impuserem todos os ônus e à elite todos os bônus deste estranho negócio do agro. (2004, p. 1-2).

‘Investir’ na organização e representação de interesses

A organização e a representação de interesses é considerada pelas elites patronais rurais e pelo agronegócio fundamentais na dinâmica das relações de poder, de dominação e na construção da hegemonia (POMPEIA, 2020). É o lugar privilegiado de intensificação de laços econômicos, sociais e políticos e a reafirmação de valores e de construção de projetos de vida.

¹¹ Na Constituinte de 1988, a grande maioria dos parlamentares ruralistas votou contra a redução da jornada de trabalho, a estabilidade, a Comissão de Fábrica, o direito de greve, entre outras matérias (DIAP, 1988).

Um dos traços históricos das classes e grupos dominantes no Brasil é a multirrepresentação caracterizada por uma intrincada rede de relações políticas, sociais, econômicas, entre outras, que tanto incorpora as entidades formais como espaços informais e seus porta-vozes. Destaca-se a filiação nas estruturas de representação sindical patronal legal (Confederação, Federações e Sindicatos), o que automaticamente lhes garante a presença em vários órgãos da administração pública: fóruns, conselhos deliberativos, ministérios, institutos etc. (GALVÃO, 2020). Além da presença ativa nas associações por produto e multiproduto que se constituíram juntamente com a modernização da agricultura e a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e das cadeias produtivas crescentemente globalizadas¹² – *locus* empresarial de grande importância política. E também nos espaços tradicionais de representação como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).¹³

Tais entidades de representação foram e são importantes espaços de representação na defesa dos interesses patronais e na construção da hegemonia do agronegócio, mas a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) teve um significado especial ao preparar o terreno e pavimentou o caminho para a consolidação ideológica e política do agronegócio. Criada em maio de 1993, numa conjuntura que anunciava a possibilidade de uma revisão constitucional, a Abag irrompe no cenário político nacional reivindicando para si uma “missão” e uma “visão”, conscientizar os segmentos decisivos da nação para a importância do agronegócio e constituir-se como a instituição representativa dos interesses comuns aos agentes das cadeias agro econômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns. Ao mesmo tempo se propunha a elevar a agricultura ao nível estratégico, contribuir para a reconstrução de um novo pacto político do conjunto do empresariado em torno da definição e novas alternativas de desenvolvimento e formalizar um espaço próprio do agronegócio brasileiro (BRUNO, 1997).

¹² Dentre as mais representativas destacam-se: Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Brasileira de Citricultura (Abecitrus), Associação Brasileira de Frango (Abef), Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira da Indústria de Fumo (Abifumo), União da Agroindústria de Cana-de-açúcar (Única), Conselho Nacional do Café (CNC), Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), União Brasileira de Avicultura (UBA), Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Associação Nacional de Difusão de Adubos (Anda), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

¹³ Sobre a CNA, ver GALVÃO, 2020. Sobre OCB, ver MENDONÇA, 2005.

Estava se constituindo com a criação da Abag uma retórica que procurava produzir novos símbolos e novas identidades políticas e visava homogeneizar, sob um mesmo código – o do *agribusiness* e o sistêmico –, todos os agentes, ações, instituições, interesses e processos. E, para isso, era fundamental que todos (elites empresariais rurais e grupos dominantes) se unissem e jogassem as mesmas regras do jogo. O encadeamento de tudo e de todos seria a condição para o êxito do agronegócio.

Três aspectos marcam a entidade desde a sua criação: a preocupação com a produção de bens simbólicos com vistas ao fortalecimento político; a busca incessante pela formalização de um espaço próprio de representação para o *agribusiness* brasileiro (fóruns, comissões, colóquios, debates, presença na Organização Mundial do Comércio – OMC, entre outros eventos) e prioridade na elaboração de uma proposta estratégica de desenvolvimento.¹⁴ São também espaços de representação política e da hegemonia, as mobilizações de ruas, como o tratoração (CARNEIRO, 2008; GRAZIANO, 2005), o caminhonaço, o movimento Vistoria Zero¹⁵ (DA ROS, 2007), o Maio Verde em reação ao Abril Vermelho,¹⁶ as caminhadas, as manifestações em frente ao Congresso Nacional em momentos emblemáticos de votações de “interesse da classe”, como argumentam na mídia. Além das feiras agropecuárias e Agrishow,¹⁷ dentre outros.

Ainda como parte da construção da hegemonia, há um acordo implícito pela garantia de permanência de antigas lideranças patronais na instâncias de representação da classe. Pessoas portadoras de um capital social e político adquirido no decorrer de suas atividades e experiências transformam-se em conselheiros “perenes”.

¹⁴ Sobre a Abag, ver: BRUNO, 1997; SEVERINO, 2004; MORUZZI, 1996; LACERDA, 2009; MENDONÇA, 2019; FERNANDES, 2021.

¹⁵ Em 1998, pecuaristas gaúchos organizados nos Sindicatos Rurais inauguraram uma forma de enfrentamento e reação às vistorias para verificação do cumprimento da função social das propriedades rurais realizada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Mediante a formação de barreiras, com a participação direta dos pecuaristas, eles impediam a presença dos técnicos do Incra em suas propriedades. Esse movimento foi denominado de “movimento vistoria zero” (...) fomentando bastante a unidade do produtor rural neste estado contra esse tipo de ação governamental. Tanto assim que, a partir desse momento, a reforma agrária praticamente não mais vingou no estado do Rio Grande do Sul por meio da desapropriação de imóveis rurais (DA ROS, 2007, p. 221-222).

¹⁶ Em 17 de abril de 1996: 19 trabalhadores sem-terra são assassinados pela Polícia Militar do estado do Pará. O massacre transformou-se em símbolo de luta e representação dos conflitos agrários.

¹⁷ A Agrishow é essencial à valorização do modelo do agronegócio e de integração entre seus agentes, pois tanto contribui para a construção do consenso como se constitui em espaço para determinadas demandas e reivindicações (MENDONÇA, 2019, p. 176). Ver também LACERDA, 2009.

“Lideranças que saíram das cúpulas e das presidências das federações e dos sindicatos patronais rurais (...) e como dispõem de um imenso capital político acumulado durante anos e conhecem os corredores informais do Estado, ainda detêm um expressivo poder de representação. São os representantes da “boa estirpe rural”, argumentam. Sabem-se eficazes na defesa do monopólio fundiário e acreditam na “segurança” da lei e na “capitulação” dos tribunais que lhes garantem o direito ao monopólio da terra. Como diria um de nossos entrevistados, são de sua responsabilidade “cuidar do substantivo: *fundus, humus, miserário*”. Dos adjetivos, cuidam os outros. (BRUNO, 2002, p. 145).

Vemos também a participação crescente de representantes das elites patronais rurais e do agronegócio em Frentes Parlamentares¹⁸ que foram se constituindo e se multiplicando nas últimas décadas como espaços institucionais de pressão, de negociações, de troca de favores, e de poder. Identificamos ainda algumas práticas políticas consideradas importantes à coesão e à identidade de interesses patronais rurais e do agronegócio: a defesa do “parlamentar militante”, corporativo, que se situa acima dos programas partidários e a valorização da representação direta da classe nas instâncias institucionais e políticas do Estado. Por exemplo, figuras como Ronaldo Caiado, Blairo Maggi, Katia Abreu, Homero Pereira e Tereza Cristina, Roberto Rodrigues, Onyx Lorenzoni, Nabhan Garcia.

Observamos, ainda, como prática patronal rural a presença de forças extraparlamentares sobrepondo-se às funções parlamentares. Por exemplo, no decorrer dos debates sobre reforma agrária na Constituinte de 1988, Ronaldo Caiado, pela União Democrática Ruralista (UDR), e Roberto Rodrigues, pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), instalados em um dos gabinetes do Congresso Nacional, participaram ativamente das negociações.

Mais recentemente, a mídia chamou a atenção para reuniões da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) numa mansão do Lago Sul em Brasília, não por acaso denominada de “o endereço do poder agro”, nas quais são debatidas e deliberadas algumas tramitações sem a presença de parlamentares integrantes de comissões do Congresso Nacional:

¹⁸ Frentes Parlamentares são “associações suprapartidárias” compostas por “pelo menos um terço” do Poder Legislativo Federal. Têm como objetivo “promover o aprimoramento do legislativo sobre determinado setor da sociedade”. Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005 (BRASIL, 2005).

Todas as terças, a partir do meio-dia, o entra e sai de carros na mansão 19 do conjunto 08 da QI 10 do Lago Sul, bairro nobre de Brasília, agita a vizinhança. Deputados, senadores, dirigentes de instituições do agronegócio e jornalistas se encontram na mansão para, saboreando uma deliciosa comida caseira, discutir temas que preocupam o setor e a economia do País. O tradicional almoço promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é um dos principais pontos de encontro do poder do agronegócio em Brasília. Ali se reúnem parlamentares de quase todos os partidos, ministros de Estado, dirigentes de entidades setoriais, produtores e empresários. Até presidentes da República já passaram pela mansão para participar do convívio. Esse pedacinho do Lago Sul poderia até ser batizado de “Agro Sul”, por abrigar boa parte do PIB do agronegócio na capital federal. (BRUNO, 2021, p. 464).

Como parte da construção da representação de interesses e da hegemonia há também uma grande afinidade entre as Frentes Parlamentares da Agropecuária, Evangélica e da Segurança, mais conhecidas como “Bala, Bíblia e Boi”, que tanto apoiam uma e outra como votam juntas nos temas de interesse comum às três. Bala, Bíblia e Boi simbolizam a política a serviço do negócio, a lógica empresarial alimentando a fé e as indústrias de armas e artefatos orientando as regras de segurança da sociedade. Ou seja, o controle das armas. O controle dos bens da salvação e o controle da terra – elementos fundantes de uma sociedade.

São ainda espaços da política, a participação do patronato rural e do agronegócio em redes de sociabilidade e de poder (Lyons, Rotary, Maçonaria). Igualmente importantes são os portais, sites e redes virtuais com suas orientações políticas e disponibilização de assessorias.

O discurso do agronegócio, instrumento de poder.

O discurso das elites patronais rurais e do agronegócio foi se constituindo ao longo do tempo em meio a um processo de modernização da agricultura e de mudanças sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira. É uma retórica que tanto incorpora *habitus*, experiências históricas, normas, valores e costumes, como expressa uma determinada concepção de mundo (GRAMSCI, 1972) e se alimenta do próprio sistema de dominação e de exploração – fundamento das relações de poder. Argumentos que procuram apresentar o agronegócio como sinônimo de sucesso e de êxito. Indissociável da ideia de competência e garantia de geração e de riqueza e

lucro: “o agronegócio é o lucro, é o dinheiro entrando no caixa”, declara um dos representantes da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA).

Dependendo do momento, ora ressaltam o agronegócio como projeto de nação e única alternativa possível, ora denunciam a discriminação do campo pela *urbes*, ora se vangloriam como “os desbravadores”, portadores da civilização. Em comum, o suposto da ausência de alternativas históricas e a ideia de que para ser moderno é necessário ser grande. Como diria Nazareth Baudel Wanderley, minha mui cara orientadora, a escala como elemento-chave de legitimação ideológica, transformando-se em exigência do agronegócio e encobrendo o caráter conservador da modernidade.

Quando necessário, as elites patronais rurais e o agronegócio lançam mão de outras identidades: “Nós, os produtores rurais”, resgatado por Ronaldo Caiado da UDR durante a Nova República em resposta à imagem de improdutividade e à visão do latifúndio como obstáculo estrutural à modernização da agricultura. No portal do Congresso Nacional os parlamentares ruralistas costumam recorrer à identidade nós os “empresários rurais”. E mais recentemente, durante debates sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 – COP26 (FURTADO, 2021), se autoproclamam “produtor rural legal” que cumpre o Código Florestal, combate o desmatamento, tem o nome registrado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e agrega valor de sustentabilidade.

Uma imagem de si indissociável de outros traços de classe, por exemplo, a ostentação como recurso de poder, possuir uma camionete Hilux, a preferência pelo avião particular ao invés do avião de carreira, considerar o ataque como a melhor defesa, a política como negócio de família (MONTEIRO, 2017) – os Caiado, os Maggi, os Junqueira Junior, expressão de uma sociedade predominantemente clânica e patriarcal, defensora do “entrelaçamento” entre o conservadorismo e a modernidade; entre a antiga e a nova ordem como “traço” constitutivo da realidade brasileira (FERNANDES, 2000; MARTINS, 1994). Além disso, são os arautos do anticomunismo e do antipetismo.

Também contribuem na construção da hegemonia e da reprodução da classe patronal rural e do agronegócio, pessoas, entidades, instituições e intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1972), voltados para os mais variados perfis de assessoria como o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone) e o Instituto Agronegócio Responsável (Ares) (LACERDA, 2009), o Programa de Estudos

dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa-USP) (MENDONÇA, 2016; BRUNO, 2021) e mais recentemente o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), (POMPEIA, 2021)¹⁹ dentre outros.

O Pensa-USP²⁰, um dos principais intelectuais orgânicos do patronato rural – procura fundamentar a defesa do monopólio e da concentração fundiária no Brasil e estruturara crítica ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo seus ideólogos estaríamos vivendo em uma nova fase de desenvolvimento caracterizada pela perda do valor estratégico da terra como fator de produção. A tecnologia se tornou mais relevante que o trabalho e a terra na agricultura. Um momento de mudanças nos direitos de propriedade para quem a ‘complexidade das transações’, recoloca no centro das discussões a análise do direito de propriedade. Portanto, é fundamental a proteção do Estado diante das tentativas de “captura” da propriedade. Além disso, os direitos “informais” são conflitantes com os direitos formais e fonte de insegurança e de risco para quem está produzindo. Defendem que o direito de propriedade deve ser visto sob o prisma do recurso e da riqueza e argumentam que a pessoa só é sujeito de direito quando é proprietário de um bem. Portanto os sem-terra estão excluídos do direito à propriedade fundiária.

Sobre o MST procuram estabelecer alguns argumentos predominantemente desqualificadores: i- é um “grupo de interesse” que apoia a intensificação do conflito em torno de alocações dos direitos de propriedade com fins políticos e lança mão de um discurso anticapitalista; ii- As ocupações de terra são consideradas invasões e não se diferenciam do assalto a mão armada; iii- consideram paradoxal o sucesso do Movimento, já que se trata de um grupo não que não recebe votos ou, aparentemente, fundos que poderiam ser usados para eleger políticos que lhes são favoráveis; iv- e chamam a atenção para o apelo jornalístico dos estrategistas do MST que sabem

¹⁹ O Instituto Pensar Agropecuária (IPA), “criado em 2011 por entidades do setor agropecuário com o objetivo de defender os interesses da agricultura e prestar assessoria à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). (...) O IPA cumpre o propósito de representar a cadeia agropecuária brasileira junto às três esferas do poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), sendo responsável por divulgar informações do que é interesse do setor com transparência e alcance social, para que dessa forma o entendimento do processo seja compreendido pela sociedade”. Disponível em: <https://www.pensaragro.org.br/historia-do-ipa/>. Sobre o IPA, ver POMPEIA, 2021.

²⁰ “O Pensa é um programa institucional da Fundação Instituto de Administração – FIA, dedicado à Governança e Gestão de Sistemas Agroindustriais, atuante no contexto nacional e internacional do Agronegócio. Tem como missão o desenvolvimento de excelência em pesquisas acadêmicas aplicadas, capacitação e consultoria. (...) A Atuação do PENSA se dá em forma de rede, tendo como parceiros múltiplas lideranças ligadas às organizações atuantes no agronegócio: pesquisadores, consultores, empresários, executivos, formadores de opinião e formuladores de políticas públicas”. Disponível em: <http://pensa.org.br/pensa/>.

muito bem que um acampamento provisório à beira de uma rodovia ou em frente ao palácio do governo tem maior visibilidade.

Violência e desqualificação dos adversários

A ofensiva ruralista procura por todos os meios e modos controlar os adversários e impedir que suas reivindicações, críticas e questionamentos estabeleçam limites ao projeto de dominação e de exploração patronal rural e do agronegócio e atrapalhe o processo de construção da hegemonia. Como parte da ofensiva contra os adversários e seus aliados, vemos violência física e simbólica como constitutivas da prática de classe.

No período da Nova República, diante da demanda por uma reforma agrária e das ocupações de terras pelo Movimento dos Sem Terra (MST), os integrantes da União Democrática Ruralista (UDR) apregoavam: “Para cada fazenda invadida, um padre morto”.²¹ E o representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) anunciava: “Se é para imolar gente, que comecemos logo”(BRUNO, 2002).

Em 2007, o então diretor do Instituto de Estudos do Agribusiness da Abag ao discorrer sobre os movimentos sociais de luta pela terra, argumentava:

Pelo menos você leva para o necrotério as teses camponesas; as teses de reforma agrária; as teses do MST. São teses que... morreu! Não enterraram, estão enterrando; está sendo feito o velório. (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2008, p. 84).

Alceu Moreira, parlamentar ruralista, em audiência pública sobre demarcação de terras indígenas em Vicente Dutra (RS), declarou:

Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses [povo kaingang] dar um passo na sua propriedade. Usem todo o tipo de rede. Liguem um para o outro imediatamente e expulsem do jeito que for necessário, a própria baderna, a desordem, a guerra é melhor do que a injustiça”. (PMDB-RS).²²

²¹ Revista *Senhor*, 3 jun. 1986.

²² Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-prestam.html>.

É também quando lançam mão do critério da superioridade de uns e inferioridade de outros como fundamento para desigualdade, de que nos fala Elias e Scotson (2000) no livro *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia as relações de poder*. O homem superior é aquele para quem “a miséria e a dor alheias não constituem problema”, diz Renato Janine Ribeiro ao discorrer sobre da sociologia dos afetos (cf. ELIAS, 1990, p. 10).

Atribuir valor humano inferior a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. A crença na superioridade humana dos grupos mais poderosos faz com que os menos poderosos sintam-se humanamente inferiores. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos “inferiores” se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20-23).

No Brasil, um exemplo emblemático de prática coercitiva dá-se no âmbito das relações entre os empregadores e os trabalhadores rurais escravizados. São situações nas quais a humilhação ocupa um lugar privilegiado, dividindo espaço com condições subumanas de trabalho e a retenção de trabalhadores, seja por meio de dívidas fraudulentas contraídas com gato”, arregimentador dos trabalhadores, “...seja pela violência física exercida por pistoleiros, seja ainda pelo isolamento geográfico e dificuldade de locomoção na região” (VIEIRA, 2007).

São considerados adversários das classes patronais rurais e do agronegócio, toda e qualquer pessoa ou grupo social que consiga organizar-se na luta por direitos seja rural ou urbano, no campo ou na cidade, defendam a democratização da propriedade da terra, critiquem o trabalho escravo contemporâneo, denunciem formas brutais de exploração do trabalho,²³ reivindiquem uma identidade cultural própria e defendam a preservação e a valorização da cultural dos povos indígenas e comunidades tradicionais, defendam a preservação do meio ambiente, os que lutam pelo território, entre outros. Adversários são o MST – inimigo histórico –, os povos indígenas e as populações tradicionais, que conseguiram destituir a “sacralidade” da tradição –expressão dos privilégios da Casa Grande e da dominação tradicional – ao reivindicar o respeito à ancestralidade, como também são aqueles que não se sujeitam às regras draconianas dos contratos de integração de empresas como a Sadia e a Perdigão, que delegam aos pequenos agricultores a responsabilidade pelos

²³ Sobre exploração do trabalho, ver FONTES, 2020.

prejuízos e perdas na criação, e os que questionam o modelo de cooperativismo empresarial instituído pela Organização de Cooperativas do Brasil (OCB) como o fizeram em documento na Constituinte de 1988.

As classes patronais rurais e o agronegócio recorrem a duas principais estratégias de grande eficácia simbólica: a que procura destituir o outro de sua humanidade e a que defende a identidade de interesses entre patrões e trabalhadores, grandes e pequenos proprietários e produtores. Quanto à defesa da suposta identidade de interesses, todos seriam indistintamente discriminados pelo brilho das urbes que não consegue perceber a diferença tecnológica entre uma caneta esferográfica e o ovo na gôndola do supermercado, como diria um dos porta-vozes da Abag (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2008, p.180)

O discurso do agronegócio procura ressaltar que não existiriam diferenças e divergências de propósitos entre seus pares, pois “agronegócio” é um termo de união, é relação entre cadeias, é todo mundo envolvido, já anunciava a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (Famato). É aproximar a indústria de quem produz dentro da porteira e de quem compra no supermercado, afirmava um representante da Abag para quem

Agronegócio é a relação entre essas cadeias. É um termo de união; não é um termo de separação. É aproximar a indústria da semente ou da máquina agrícola, desse cara aqui que está produzindo dentro da porteira da terra, lá da gente que está comprando da gôndola do supermercado. Então está todo mundo envolvido nisso. Agronegócio não é aquele conceito, não é o grande; não! A agricultura orgânica está inserida dentro do agronegócio por quê? Porque você tem que fornecer insumos para a agricultura orgânica, que ela pode usar efetivamente. (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2008, p. 185).

É também a terra como lugar onde, indistintamente, todos enterram seus mortos. Um discurso que procura apagar as desigualdades existentes. Por exemplo, enquanto os trabalhadores rurais e pequenos agricultores enterram seus mortos em valas comuns, as elites patronais o fazem em cemitérios privados de suas fazendas, próximos às capelas da Casa Grande.

O discurso da solidariedade entre as classes ora é respaldado na ideia de um Brasil cordial, pacífico e ordeiro, ora é fundamentado na tradição imemorial das relações pessoais e patriarcais por eles considerada “naturalmente” solidária. Dentre as justificativas legitimadoras da solidariedade, a alegação que são todos do campo e

vivem os mesmos problemas. São pressupostos de grande eficácia por força da dominação simbólica, reconhecida por ser desconhecida (BOURDIEU, 1989).

Para o agronegócio, o suposto da solidariedade objetiva o “alinhamento de interesses” e se expressa dos mais variados modos. Dentre eles: a lógica da incapacidade e do despreparo: “Trabalhador rural não se adapta às novas tecnologias”. “É capaz, mas é despreparado”. A negação da alteridade, ou seja, o outro só existe como continuidade e semelhança do agir patronal rural, concebida como expressão da racionalidade capitalista: “O peão não conhece a palavra produtividade; “Trabalhador rural ganha e gasta tudo”; “Não tem cultura de poupança”; “Não tem iniciativa” (VIEIRA, 2007, p. 128).

Trabalhadores rurais também são considerados gente miúda, os indesejáveis, os desclassificados. Gente que gosta de dormir ao relento e pegar chuva, pois faz parte da cultura (OIT, 2011). Ou seja, uma ofensiva que se expressa em práticas e discursos desqualificadores, mas que ao mesmo tempo expõe o medo e o temor das elites patronais rurais e do agronegócio; dá visibilidade à complementariedade existente entre dominação e exploração e sinaliza para amplitude e diversidade da organização e mobilização das classes e grupos sociais dominados e explorados, na luta por direitos. Lutas que estabelecem limites à construção da hegemonia.

Como parte da construção da hegemonia, da dominação e da exploração, o patronato rural e o agronegócio também procuram se apropriar dos cânticos e da ritualista própria dos movimentos sociais de luta por terra, pela proteção do meio ambiente e por direitos. E assim agindo, versam os poemas de Cora Coralina, uma das principais referências do MST,²⁴ e montam mesas com “produtos da terra”. Ou quando Kátia Abreu, ruralista e então presidente da CNA, na tentativa de atacar os adversários com as armas dele cita os seus autores, versa os seus versos, empunha suas palavras de ordem, apoia seus aliados e denuncia suas denúncias. Assim fazendo, busca imprimir novas significações ao discurso crítico – amiúde desqualificador.

²⁴ Ao dirigir-se aos trabalhadores para falar sobre a terra e os perigos do Código Florestal, o Movimento Sou Agro busca se apropriar dos poemas de Cora Coralina (1889-1985), em especial “O cântico da terra” – referência histórica dos movimentos camponeses e populares de luta pela terra e por direitos rurais no Brasil. Poema “O cântico da terra”, de Cora Coralina: mim tu voltarás. E no canteiro materno de meu seio tranquilo dormirás. Plantemos a roça. Lavremos a gleba. Cuidemos do ninho, do gado e da tulha. Fartura teremos e donos de sítio felizes seremos.” Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/%EF%BB%BFpoema-o-cantico-da-terra-de-cora-coralina>.

Considerações finais: a contra hegemonia

Mesmo diante de uma situação de desigualdades extremadas, da violência, do mando, chama a atenção a resistência e a história de luta por direitos das classes e grupos dominados e explorados no campo. Hoje, como parte de uma nova configuração da sociedade, há uma diversidade de grupos, movimentos sociais populares e seus mediadores presentes no território nacional²⁵ que conseguem a duras penas estabelecer limites ao processo de construção da hegemonia patronal, fundamento da dominação e poder das classes e grupos dominantes no Brasil.

A emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais (...) eles marcaram sua presença através de grandes manifestações coletivas – encontros, atos públicos, greves, acampamentos, ocupações de terra – que trouxeram a luz grupos sociais diferenciados, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade! (...) Através de suas práticas, mais do que de suas palavras impuseram novas questões a sociedade, e problematizaram os espaços e mecanismos instituídos de poder. (MEDEIROS, 1989, p. 211).

Faz parte da resistência e da luta por direitos, a postura daquela camponesa sozinha, rodeada de fazendeiros e de jagunços diariamente resistindo e lutando por seu pedaço de chão. Também fazem parte da luta por direitos, as mobilizações dos povos indígenas usando suas vestimentas nas manifestações diante do Congresso Nacional como símbolo de um povo e de sua luta. Povos indígenas, Sem Terra, populações tradicionais que rompem a fronteira da invisibilidade ao exigirem a demarcação de terras e a preservação do meio ambiente, reivindicam o direito ao território, quando denunciam as estratégias do agronegócio de apagamento de suas histórias e experiências de vida e quando lutam pelo resgate da memória histórica com a interpretação sobre os colonizadores oposta ao discurso dominante, “o pioneiro

²⁵ Por exemplo, Agro é Fogo, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreira da Ancestralidade, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas do Brasil – Conaq, Fórum Popular da Natureza, Levante Popular da Amazônia, Marcha das Margaridas Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (Mopic), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC), Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama), além de inúmeras Articulações de Povos Indígenas, por todo o país, dentre outros.

entre aspas”, retirando povos indígenas de seus territórios, a valorização da diversidade, a resistência dos quilombos, o resgate da religiosidade (BENITES, 2021). Quando criticam os interesses patronais transformados em políticas públicas ou quando se posicionam contra o bloqueio dos direitos coletivos e o avanço da lógica privada, defendem novas formas de valorização da terra e procuram conectá-la com suas tradições (KATO, 2021).

Um questionamento e resistência assumem outras faces. Uma das principais razões alegadas pelos trabalhadores para fugirem das fazendas é o tratamento recebido pelos empregadores e gatos, em especial, o desrespeito, a humilhação, a “grosseria sem razão” e os “maus-tratos”. Eles se sentem excluídos das relações de sociabilidade e do reconhecimento social, “o que indica uma escala de valores onde as relações baseadas na reciprocidade, consideração e reconhecimento do outro são profundamente valorizadas. A consciência da humilhação simboliza para os trabalhadores a percepção dos limites da exploração na relação de emprego” (VIEIRA, 2007, p. 61).²⁶

E diante da intolerância e violência das ações de reintegração de posse, a postura crítica dos assentados da reforma agrária revela a luta por direitos:

Todas as famílias sabem que não poderão resistir à ação da Polícia Militar, quando a ordem de despejo for determinada. Não existem armas, a polícia tem a força e as crianças precisam ser protegidas. O fato de passarem o Natal e, quem sabe, mais alguns dias nas terras de Assis Bandeira e ainda negociar com o governo é uma grande vitória. “– Quando a polícia voltar as costas, depois do despejo, estaremos na fazenda de novo”, promete Ney Speroto, um dos líderes dos sem-terra. Um detalhe aparentemente insignificante mostra que todos os equipamentos, desde panelas até bancos de madeira, foram numerados cuidadosamente. Ninguém quer perder nada depois que a polícia for embora. Tudo será montado como antes. (VIEIRA, 2011, p. 14).

Enfim, foi possível perceber que a construção da hegemonia é indissociável do *habitus*. O princípio ordenador da noção de *habitus* em Elias é a ideia de interdependência e pertencimento para quem o *habitus* permite-nos pensar a maneira

²⁶ “No código moral dos trabalhadores, maus-tratos e xingamentos são formas de desrespeito e, portanto de humilhação. O relacionamento sem consideração e respeito por parte do empregador, os xingamentos e a agressividade, são considerados sinônimos de escravidão. A categoria humilhação “sintetiza esta condição que afronta a dignidade humana, que significa ser tratado “como animal”, “como cachorro”. Uma condição que desqualifica e submete moralmente o trabalhador à vontade do outro e, neste sentido, priva-o de sua autonomia, mesmo quando não o prende fisicamente” (OIT, 2011, p. 29).

como são individualmente incorporadas as modalidades de percepção e de ação coletivamente desenvolvidas no sistema de interações. Dessa perspectiva, o *habitus* compreende tanto os comportamentos individualizados como os partilhados pelos outros membros de um mesmo grupo, depositários e atores de uma identidade coletiva (ELIAS, 1994, p. 51). O *habitus* social de uma pessoa encontra-se diretamente ligado ao perfil da sociedade na qual ela está inserida e faz parte. Nesse sentido, aquilo que parece ser uma característica de um determinado grupo social envolve, na realidade, características mais abrangentes.

No Brasil, as elites patronais e seus aliados cultivam a desigualdade e a exerce em todas as suas dimensões. Historicamente movidas pelo princípio da exclusão, as elites patronais rurais e o agronegócio não incorporam as reivindicações das classes subalternas – uma das condições da construção da hegemonia. Não conseguem assumir a “direção intelectual e moral” em sua plenitude (GRAMSCI, 1972), contribuindo assim para o fortalecimento de uma contra-hegemonia.

Por sua vez, as classes subalternas e seus aliados se, de um lado, não conseguem modificar a estrutura fundiária brasileira, eliminar a exploração das relações de trabalho nem acabar com a imensa desigualdade histórica de nosso país, de outro estabeleceram limites à hegemonia do patronato rural e do agronegócio. Um processo de importância ímpar, naturalizado pela dominação simbólica que amiúde naturaliza e desqualifica quem questiona as elites patronais rurais e o agronegócio.

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a reflexão e elaboração deste artigo em especial Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ) colega e parceira das reflexões sobre relações de dominação e de poder, ao Delcio Junior (Revista Estudos Sociedade e Agricultura – CPDA/UFRRJ), Julia Dolce (repórter socioambiental), Vania Santiago (revisão). Agradeço também aos(as) discentes das disciplinas IH1514 – Organização, Política e Poder (CPDA/UFRRJ) e IH510 – Política e Relações de Poder no Campo (LEC-UFRRJ) pela troca de ideias e aprendizados. Sem esquecer as *lives* que tive oportunidade de participar. Além disso, foi fundamental ampliar a escala histórica e visitar os(as) precursores da reflexão. Por fim, meus agradecimentos às observações e sugestões dos(as) avaliadores(as) do artigo.

Referências

AZEVEDO, F. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, É. R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENITES, E; POMPEIA, C; BRUNO, R. Ruralidades, fronteiras, agronegócio no contexto sul mato-grossense. Mesa-redonda de encerramento. In: **Ciências Sociais em Tempos de Crise: desafios, impactos e transformações na educação**, on-line. 12 nov. 2021.

BOURDIEU, P. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRUNO, R. Abag: a face “sistêmica” do poder patronal. In: BRUNO, Regina. **Senhores da Guerra, Senhores da Terra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária UFRRJ, 1997. p. 36-42.

_____. **O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República**. 2002. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas.

_____. Movimento Sou Agro: marketing, *habitus* e estratégias de poder do agronegócio. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 36, 2012, Águas de Lindóia. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 2012. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2/8027-movimento-sou-agro-marketing-habitus-e-estrategias-de-poder-do-agronegocio?path=36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2>.

_____. Agricultura empresarial, povos e comunidades tradicionais: lutas simbólicas e negação de direitos. **Raízes**, v. 37, n. 2, 2017.

_____. Bala, Bíblia e Boi: retratos do Brasil contemporâneo. In: **Seminário Pensando a Respeito**, 2018, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2018.

_____. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 461-502, 2021. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-2_09_fpa/.

_____; SEVÁ, J. T. Representações de interesses patronais em tempo de agronegócio. In: MOREIRA, José Roberto; BRUNO, Regina (Orgs.). **Dimensões rurais de política brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica: Edur, 2021. p. 71-103.

_____; SEVÁ, J. T.; CARNEIRO, O. B. Grupos de solidariedade, frentes parlamentares e pactos de unidade e ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo. **Relatório Final de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Redes-IICA/MDA, 2007.

CARNEIRO, O. B. **Tratoração – o alerta do campo: um estudo sobre as ações coletivas e patronato rural no Brasil**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

CARVALHO, A. V. Reforma Agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial. **Cadernos UnB**. Brasília, 1978.

CASTILHO, A. L. **O Partido da Terra**. Como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo, Contexto, 2012.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

_____. **Brasil**. Mito fundador e sociedade autoritária. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DA ROS, C. A. O movimento 'vistoria zero' e as ações de resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul entre os anos de 1999 e 2002. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, 13., 2007, Recife. Anais... Recife: CBS, 2007.

DELGADO, G. da C. **O agronegócio**: realidade e fantasia rondando o país. Santa Maria: UFSM, 2004. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/enev/docs/agronegocio.pdf>.

DE OLHO NOS RURALISTAS. Live de lançamento da série De Olho no Congresso, on-line. **YouTube**, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W7oJH-Oluxg>.

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Quem foi quem na Constituinte nas questões de interesse dos trabalhadores**. São Paulo. Cortez: Oboré, 1988.

ELIAS, N. **Sociedade de corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Os alemães**. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FERNANDES, A. H. de M. **Trama política e acadêmica da hegemonia do agronegócio**: transformações institucionais e articulações internacionais a partir do Brasil e da Argentina. Exame de qualificação – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Nova Aguilar (Coleção Intérpretes do Brasil, volume 3), 2000.

FURTADO, F. **O clima do negócio e o negócio do clima COP 26**: o paraíso das Corporações. Brasil Paraguai. Fundação Rosa Luxemburgo, p. 1-17, 2021.

COSTA, F. F. da. **Ação política e representação de interesses do patronato rural gaúcho**: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000). 2019. 212f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

FREITAS, C. P. **As agroestratégias de desterritorialização de povos indígenas e quilombolas.** (Re)definindo marcos legais e usos territoriais. 2018. 326f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFF, Niterói.

FONTES, V. Trabalho e lutas sociais. **Live Conversas Impertinentes.** On-line. YouTube, 6 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Az1K-jKiS8>.

GALVÃO, E. de A. **A política na CNA:** organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado. 2020. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

GRAMSCI, A. **Introducción a la filosofía de la praxis.** Barcelona: Ediciones Península, 1972.

_____. **Maquiavel:** a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1984.

GRAZIANO, X. O fantasma a trator. **Espaço Aberto**, p. A2. O Estado de São Paulo, São Paulo, julho de 2005.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M; LEITE, S. P. Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 159-176, 2010.

KATO, K; LOPES, J. R. Financeirização da agricultura e mercado de terras no Brasil. **Reunião aberta Ecopol/NelutasUnirio.** On-line. 9 dez. 2021.Y

_____; LEITE, S. P. LandGrabbing – financeirização da Agricultura e Mercado de terras no Brasil: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Anpege**, v.16, n. 29, p. 458-489, 2021.

LACERDA, E. V. de. **Brasil integrado:** a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness. 2009. 334 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

LEITE, S. P; MEDEIROS, L. S. de. O desmonte de políticas públicas e direitos sociais no campo brasileiro. In: **Debates CEA**, on-line. 29 set. 2021. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Avançados da UFRRJ, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1yuXJ01rlCc>.

LERRER, D. F. Revista Agroanalysis: a trajetória de afirmação do ‘agronegócio’ e de consagração de seus agentes. **Contemporânea**, v.10, n.1, p. 273-304, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.133>.

LOPES, V. P. **O processo de construção da criminalização do MST na lei de organizações criminosas:** um estudo de caso sobre os processos judiciais propostos contra o MST em Santa Helena de Goiás-GO. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – UFF, Niterói.

MARTINS, J. de S. Desigualdades sociais ocultas. **Valor Econômico**, ano 22, n. 1094. São Paulo, 10 dez. 2021.

_____. **O poder do atraso**. Ensaios da sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____; SOUZA, J. de. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n.22, v. 3, p. 199-221, 1980.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **Algumas considerações sobre o conceito de classe social**. 1992. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 1992.

MENDONÇA, S. R. de. **O patronato rural no Brasil recente (1964/1993)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

_____. Estado e hegemonia do Agronegócio no Brasil. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 32/33, p. 91-132, 2005.

_____. O Pensa e os intelectuais orgânicos do agronegócio (1990-2013). In: **Simpósio Nacional Estado e Poder**, 9, 2016, Niterói. Anais... Niterói: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, 2016. p. 165-178.

_____. 'Sistema Abag' e a supremacia burguesa no Brasil. In: CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael. **Dimensões do empresariado brasileiro: história, organizações e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

_____. O ruralismo brasileiro na Primeira República: um debate de ideias. **A Margem – Revista de Ciências Humanas**, Niterói, ano I, n 1, jan. 1993.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família**. Para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. São Paulo: LiberArts, 2017.

MORUZZI, P. E. **Segurança alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no campo de disputa e produção ideológica**. 1996. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

NOVAES, R. C. R. **De Corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Gaphia, 1997.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**. Brasília: OIT, 2011.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. 2018. 352 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UNICAMP, Campinas, 2018.

_____. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 35, v. 104, p. 1-17, 2020.

_____. A reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares. **Antropolítica**, n. 53, p. 115-139, 2021.

PICCIN, M. B. **Senhores de terra, senhores de guerra**. Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019). Curitiba, Editora CRV, 2021.

RESENDE, R. **Trabalho Escravo no Brasil**. Aula Aberta. LEC-UFRRJ 2021.

REDE TVT. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. YouTube, 21 out. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BbYIn_VRe5M.

RAUBER, M. A. **Prato principal: terras indígenas**. O início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

RUA, M. das G. A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil. In: **Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu. Anais... Caxambu: Anpocs, 1989.

SAUER, S; SOUZA, M. R. de; TUBINO, N. O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 33, n. 2, 2006.

SEVÁ, J. T. **Classes patronais rurais e conflitos sociais**: um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental. 2008. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/handle/tede/660?locale=pt_BR. Acesso em 4 de setembro de 2020.

_____. **'Mudar o código é a salvação da lavoura'**: considerações sobre a representação política patronal e a manifestação pública dos ruralistas em defesa da reforma do Código Florestal Brasileiro. Apresentação no IFCH/Unicamp, 8 maio, 2012.

SEVÁ, J. T. **A mão que afaga é a mesma que apedreja**: preservando a natureza que é possível! Propriedade da terra, classes dominantes e representação política no Brasil contemporâneo – a reforma do Código Florestal Brasileiro de 1965. 2016. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

SEVERINO, C. F. Novas estratégias de organização política dos empresários: o caso da Abag. In: **Encontro Anual da Anpocs**, 28., 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: Anpocs, 2004.

VIEIRA, F. M. da C. **Sob o leito de Proscusto**: sistema judicial e a criminalização da luta pela terra no Rio Grande do Sul. 2011. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

VIEIRA, M. A. C. et al. **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural**. Relatório final. Rio de Janeiro: Gptec, 2007.